

Tendências e desafios da democracia ecológica na contemporaneidade: Por uma política da dignidade ecológica nas escolas.

Manuel João Mungulume – FFC – UNESP – Campus de Marília/SP

E-mail: manuel.mungulume@unesp.br

Alonso Bezerra de Carvalho – FFC – UNESP – Campus de Marília/SP

Resumo:

Este artigo tem como objetivo principal contribuir para a formação da cidadania ativa e ecológica. Para isso, a proposta destaca e enfatiza a sustentabilidade ecológica como um compromisso ético e político da educação. Vivemos numa época da nossa história em que a formação escolar deve discutir sobre a complexidade do saber democrático, e a diversidade da vida e suas múltiplas relações cósmicas. As tendências atuais implicam em trazer para a discussão, a prática da pedagogia ecológica, sua implicação ética e seus limites políticos e sociais. A nossa tese é fundamentada nas ideias de Jonas (2006) e Morin (2003), ambos defendem uma ética democrática e civilizacional nas escolas, que tenha a necessidade de incutir uma democracia cognitiva. Isto significa que a educação deve contribuir para a autoformação da pessoa ética e cívica ou seja, ensinar a assumir a condição humana, ensinar a viver pacificamente com a natureza. Trata-se de ensinar como se tornar cidadão que estabelece uma boa relação com a natureza. Isso para Jonas se configura como um novo *ethos* civilizacional, que coloca a condição humana sob o princípio da responsabilidade. Isto é, as ações humanas não podem comprometer o bem-estar das futuras gerações. A missão da escola é de transmitir a visão sistêmica da vida, e isso é possível através de uma formação integral que visa desenvolver, emancipar e potencializar nos alunos suas habilidades cognitivas, e desta forma conduzi-los de modo a terem um olhar antro-poética da vida. Isto significa relacionar a dimensão cognitiva para o fortalecimento das dimensões de: solidariedade, responsabilidade, coparticipação, convivência, empatia com o bem-estar da natureza. Assim, proteger o ambiente trata-se de justiça social que promove o direito de viver em um ambiente saudável e digno. É de referir que este trabalho faz parte dos resultados preliminares da tese que está sendo desenvolvida na UNESP – FFC, Campus de Marília/SP. Portanto, alguns desses resultados destacam a prática ecológica como conteúdo fundamental a ser Integrado no currículo, no programa educacional moçambicano, pois trata-se de um novo entendimento do processo de aprendizagem que sugere a necessidade das estratégias ética e pedagógicas mais significativas de ensino hodierno. Em caso particular de Moçambique, e da África em geral, torna-se evidente a necessidade de um currículo integrado que valorize o conhecimento da Educação ambiental contextualizado, no qual as escolas ou as disciplinas sejam vistas como recursos a serviço de um objetivo central, que é de oferecer um saber democrático e sustentável. A escola não pode deixar do lado os pressupostos pedagógicos da educação ambiental, pois trata-se de um caminho por meio do qual o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, comportamentos e competências voltadas para a ética do cuidado ou o princípio da responsabilidade - que consiste em emancipar a autonomia moral dos alunos. Neste sentido, a educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação transformadora, humanizadora e crítica.

Assim, os pressupostos da educação ambiental devem estar presentes de forma premente e articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, e em caráter curricular ou interdisciplinar. Por isso que, a Educação Ambiental deve ser parte do processo educativo mais amplo e integrativo, onde todos têm direito à um ambiente sadio e digno. Portanto, o trabalho tem como base, análises bibliográficas para contribuir com os aspectos práticos da vida social e cultural dos alunos. Por fim, definimos a democracia ecológica como o desenvolvimento de uma democracia cognitiva que só é possível com uma reorganização do próprio saber; e esta pede uma formação integral do conhecimento, isto significa que o ser humano deve ser instruído de maneiras que possa cuidar da realidade que o circunda, uma vez que um cidadão é definido, em uma democracia, por sua solidariedade e responsabilidade em relação a sua pátria. O que supõe nele o enraizamento de sua identidade local e glocal. Assim, espera-se contribuir com uma formação para a cidadania ativa, que impulsiona os alunos a adotarem comportamentos de um saber crítico – democrático e que promove a justiça ambiental.

Palavras-Chaves: ética; educação ambiental e sustentabilidade.